



ANAIS

**XI Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo
Contemporâneo**

XI Colóquio Nacional Cultura e Poder

**X Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos
sobre Religiões e Religiosidades**

VI Simpósio Regional da ABHR/Sul

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2025

GT 2: Migrações e Religiões

DE MOVIMENTO SOCIAL A PARTIDO POLÍTICO: A ATUAÇÃO DA FRELIMO EM MOÇAMBIQUE

Resumo: A proposta norteadora deste ensaio objetiva tratar da atuação da Frente de Libertação de Moçambique nos anos em que se estabeleceu como um dos maiores movimentos de libertação da África Austral até a consolidação da independência de Moçambique em 1975. Desde então, a FRELIMO que outrora priorizava a liberdade frente ao imperialismo português se tornou um partido político cujo regime se estabeleceu unipartidário em Moçambique. As implicações destes movimentos causaram problemas ainda maiores no jovem país. Este artigo visa tratar das questões políticas presentes no Moçambique liberto a partir da atuação da FRELIMO.

Palavras-Chaves: Moçambique. FRELIMO. Colonização. Política.

INTRODUÇÃO

O primeiro registro da presença de Portugal nas terras moçambicanas data do ano de 1498 (TAIMO, 2019; HERNANDEZ, 2008). No entanto, é apenas em 1507 que o país lusófono passa a ocupar definitivamente o território, a fim de evitar a maior penetração árabe na região. Uma presença ainda mais significativa opera após a Conferência de Berlim (1884-1885) que fatiou o continente africano para objetivos imperialistas europeus.

As cidades africanas têm uma historicidade diferente das grandes cidades comumente estudadas pela antropologia urbana. Maputo é a capital do estado de Moçambique e certamente não é como a Paris apresentada por David Harvey. Em *Cidades Rebeldes* (2014, p.34) Harvey elucida que George Eugène Haussmann, prefeito do departamento do Sena, pôs abaixo os velhos bairros pobres de Paris, usando poderes de expropriação para obter benefícios supostamente públicos, e o fez em nome do desenvolvimento cívico, da recuperação ambiental e da renovação urbana.

Os habitantes de Maputo colonial não lutavam apenas contra a exploração da mão de obra e o uso efetivo da cidade e do espaço; eles tinham em suas pautas os entraves raciais, que se faziam tão complexos no território africano quanto os fatores econômicos o faziam dentro dos movimentos europeus por direitos trabalhistas e urbanos. Os conflitos não eram apenas centrados no direito dos moçambicanos pelo espaço dominado pelo colonialismo, mas na participação e ocupação efetiva desses espaços pelos próprios moçambicanos.

Embora o foco de Portugal nesta época tenha se concentrado no Brasil e na Angola, Moçambique não passou ileso às amarras coloniais; para o império português, era importante ocupar o interior de Moçambique, pois lá se encontrava um número expressivo de jazidas ouro, prata e marfim¹. A ocupação interiorana permitiu a exploração e fixação de europeus na região. Esse mesmo local, que hoje identificado como a província de Cabo Delgado, se inicia a luta armada.

Quando é construída em 1507 uma feitoria - que também serviu de fortaleza - na região de Sofala, província de Moçambique, os portugueses logo criaram redes de comercialização efetiva, detendo na província vassallos, que dentro do quadro de comerciantes estavam africanos de diferentes etnias que comercializavam especiarias vindas da Índia. Tempos depois, o comércio de escravos já era uma realidade nas atividades econômicas. Com o sucesso de tais ações, é em 1752 que as capitanias em Moçambique se tornaram um governo colonial autônomo.

Desta data em diante, o colonialismo passa a operar com mais força em Moçambique, e como ocorrido em outras colônias lusófonas, fragmentou questões globais e de raça. Não nos atentaremos neste ensaio a tratar da economia da colônia moçambicana, mas sim, dos efeitos que o colonialismo levou às ideias de identidade, liderança e ideologia no Moçambique. A raça é um dos objetos de estudo da decolonialidade, pois investigando-a, chega-se as problemáticas contemporâneas impostas no período colonial, para Quijano (2005, p.120):

A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo.

Até que o processo de independência se concretize e a Frente de Libertação do Moçambique represente a política do país, necessitamos pontuar que o movimento de libertação tem origem em outros grupos de guerrilha, que iniciaram o processo de organização no começo do século XX em prol da libertação da África. Os objetivos de tais grupos era unir os diferentes

¹ CABAÇO, José Luís de Oliveira. Moçambique: identidades, colonialismo e libertação. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

povos étnicos que foram subordinados à dominação europeia, o próprio Moçambique, no ato de sua independência contava com 24 grupos étnico-linguísticos.²

Nas vésperas da fundação da FRELIMO e do início efetivo da guerrilha pela independência, vários grupos de moçambicanos já haviam imigrado para países vizinhos, principalmente ao norte e ao centro da África, onde o controle colonial havia enfraquecido, e colocava incapaz de controlar os movimentos fronteiriços.³

Além de migrações constantes, muitos grupos se recusaram a deixar sua terra natal e enfrentaram os portugueses durante muitos séculos. Mesmo tendo ocupado partes da região moçambicana desde 1507, a dominação completa do território, sem enfrentamentos diretos com os povos da região, só aconteceu em 1915.

Nessa época Portugal já havia perdido seu grande nome como potência neoliberal europeia; a máquina industrial do estado português estava atrasada em relação às demais nações da Europa. Embora o território moçambicano tenha ficado sob a posse de Portugal, este não tinha nenhuma estrutura administrativa na colônia, muito menos comunicação, que eram feitas apenas através da ferrovia e telégrafos. Tais fatos abrem precedentes para que a luta armada anticolonialista se inicie na primeira metade do século XX.

Em 1917 a política colonial, potencializou a fome, criou um Apartheid legal e instituiu formas de trabalho compulsório; o que gerou diferentes formas de resistência. Tais resistências começaram de forma coletiva e bastante violenta, e aconteciam por decorrência dos abusos por parte dos colonos, que por vezes aumentavam os impostos e violentavam os nativos.

A colonização entrava em crise, assim como o estado. As brechas deixadas pela incapacidade administrativa e a resistência incessante, fizeram com que os movimentos pela independência se tornassem cada vez mais inevitáveis. A FRELIMO nasceu fruto da aglutinação de três outros movimentos independentistas, a UDENAMO (União Nacional Democrática de Moçambique), MANU (Mozambique African National Union) e a UNAMI (União Nacional de Moçambique Independente). Foi fundada em 1962 pelo professor de Sociologia, Eduardo Mondlane. Mondlane foi o primeiro presidente do movimento, e a coordenou até sua morte, em 1969.

Escolhas anticoloniais

² idem

³ DE BRITO, Luís. A Frelimo, o marxismo e a construção do Estado Nacional. 1962-1983. 2019. HERNANDEZ, Leila Leite; HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. Selo Negro, 2008.

As inspirações para um movimento nacional próprio vieram de toda a África. A organização política mais velha do continente africano data o ano de 1912, o African National Congress foi fundado na África do Sul, declarando-se um movimento não violento que prezava garantir os direitos humanos dos negros no país.

De acordo com Leila Hernandez et al. as elites culturais de Moçambique formavam associações, clubes negros e jornais para criar espaços de diálogo racial e cultural⁴. Em 1909, foi criado o Grémio Africano de Lourenço Marques, nome colonial de Maputo, depois, o jornal *O Africano*; ambos com objetivos de divulgar as ideias anticolonialistas e gerar eco nas questões raciais vigentes. Em 1958, com apoio do professor Mwalimu Nyerere, nasce na Tanganyika “Mozambique Makonde Union”; no mesmo ano também nasce a “Zanzibar Mozambique Makonde and Macua Union”.

Associações como estas existiam em diversas partes do continente africano, e os grupos formados por povos originários e trabalhadores refugiados se organizavam para livrar a região do domínio europeu, tanto das colônias de Portugal, quanto as da França e Império Britânico. Segundo o professor José Luiz Cabaço (2007, p.388), foram:

Essas associações, nas quais se juntavam, nos países vizinhos trabalhadores das plantações, mineiros, artesãos, modestos servidores, pequenos comerciantes e refugiados da miséria e dos maus tratos, estimulados pelo fervor das ideias nacionalistas no contexto dos países anfitriões, que estabeleceram contactos dentro de Moçambique, muitas vezes com as linhagens tradicionais mais prestigiadas, dando corpo às primeiras formas de contestação ativa do poder colonial no pós-guerra.

Nesse momento, surgem no Moçambique, assim como nos demais países africanos engajados com a luta pela libertação, uma questão primordial. Qual modelo de sociedade se deve seguir? Antes da colonização, as sociedades africanas viviam à sua própria maneira, com cosmovisão própria, maneiras de viver e de se comportar. Naquele momento, a Guerra Fria estava em seu auge, e os modelos de sociedade a se seguir estavam em dicotomia. A escolha dos rebeldes moçambicanos foi se relacionar com uma união de Repúblicas que estava reconhecendo e apoiando a libertação africana do colonialismo europeu. Este é o momento da história de Moçambique que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) entra em cena.

A Revolução Russa e as noções de novo homem e da nova sociedade, que nega o velho

⁴ HERNANDEZ, Leila Leite; HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. Selo Negro, 2005.

In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/Uel), 2025, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2025.

regime e aspira por um novo, estão presentes nos textos de Marx e Engels, e entram como referência ideológica a FRELIMO quando ela começa suas ações libertárias, que além da luta armada, visam formar nas zonas livres um “homem novo” (TAIMO, 2019, p.65; SUMICH, 2008, p. 327), modelo este que foi base no pós-independência.

As ideias de um *homem novo* e da ideologia socialista moçambicana foram aplicadas no meio educacional logo após o fim da Guerra pela Independência, em 1975. Porém, em escolas da elite, que passaram a ser frequentadas pelos filhos dos membros da FRELIMO. Os assimilados, que constituíam no período colonial o grupo de privilegiados que se assemelhavam à cultura europeia, agora eram beneficiados pela própria FRELIMO, pois muitos deles tinham se aliado a ela durante a guerra. De acordo com SUMICH (2008, p.326):

As origens comuns dos membros deste grupo, oriundos da classe assimilada sobretudo urbana ou não agrícola, ajudaram a criar uma visão específica sobre a criação de uma nova nação após a obtenção da independência, que ocorreria em 1975. Tratava-se de uma visão grandiosa de modernização construída com base nas raízes e preconceitos do grupo, que tendia a ver os camponeses, a grande maioria da nação, como tabula rasa, ou seja, algo que podia ser completamente remodelado de acordo com os seus planos para o futuro

No texto de Hernandez (2005, p.600) é apresentado um relato de um moçambicano que se assimilou legalmente, segundo a autora:

Ao assimilar, as pessoas não estavam a regenerar automaticamente a sua cultura, a sua raça e as suas convicções. Estavam apenas à procura de uma vida menos insuportável. Era justo. Só que o colonialismo teve grande empenho em controlar os poucos assimilados que existiam, e conseguiu-o certamente. Eu me tornei oficialmente "assimilado" em 1931. Para nós, naquele tempo, conseguir os documentos de assimilação era também procurar um futuro menos degradante para nossos filhos. Era procurar para eles o acesso aos estudos. Conheço muito poucos moçambicanos do meu tempo que sinceramente aspirei à assimilação como forma de ficarem iguais ao branco; ou que se sentissem verdadeiramente portugueses. É preciso compreender que uma coisa eram os nossos sentimentos, a nossa personalidade, o orgulho da nossa cultura de africanos - isso mais ou menos todos tínhamos - e outra coisa era a coragem de afirmar os nossos valores abertamente, rejeitando também abertamente os valores do colonialismo.

A elite moçambicana e os dirigentes do partido obtiveram diversos privilégios, como uma escola totalmente fundamentada nos objetivos socialistas do partido. Podemos observar

que, o movimento anticolonialista inicia suas ações ideológicas já no período pré-independência. O objetivo da FRELIMO era subverter inteiramente este sistema e criar a sua própria forma de modernidade. A organização política europeia estava influenciando a vida dos moçambicanos desde os primórdios da colônia, quando criou em África as divisões territoriais em forma de Estado para o melhor funcionamento do comércio de ouro e do tráfico negreiro.

Uma problemática que explique a longevidade da FRELIMO no poder em Moçambique é que, o fato do movimento de libertação ter se tornado um partido político criou nos moçambicanos um sentimento de dependência para com a organização. A FRELIMO concretizou com suas políticas e ações o sonho moçambicano de emancipação, e deixá-la seria trair este desejo que nasceu na geração chamada de ‘25 DE SETEMBRO’, data que em 1964, se iniciou a luta armada contra o governo colonial. E é essa mesma geração, que embora tenha libertado o Moçambique do colonialismo, criou nos últimos 50 anos dificuldades democráticas no país.

O Moçambique desde 1974

A abordagem adotada pela FRELIMO foi extremamente ambiciosa, tendo em conta a falta de recursos e a fragilidade da nação que procurava criar. Uma das principais bases da identidade nacional seria a oposição a qualquer tipo de tradição «primordial». Certas formas culturais, como a dança e as artes, eram encorajadas, já que demonstravam uma identidade nacional única; porém, os comportamentos culturais deviam ser abandonados (Mondlane, 1969). Agostinho Neto, o líder do MPLA angolano, definiu o tipo de posição que a FRELIMO viria a assumir ao afirmar o seguinte sobre o objectivo cultural do seu partido: «Estamos a tentar libertar e modernizar o nosso povo através de uma dupla revolução: contra as suas estruturas tradicionais que já não lhe são úteis, como o separatismo étnico, a crença na feitiçaria, a opressão das mulheres — e contra o domínio colonial» (cit. por Davidson, 1984, p. 800). (grifo nosso)

É possível observar o controle político e social da FRELIMO longo de toda a luta colonial e pós-colonial; assim como suas ideias de estrutura e sociedade. A RENAMO foi criada na Rodésia em 1980 logo após sua independência e se aliou aos chefes tradicionais moçambicanos; e juntos em 1984, iniciaram uma guerra civil contra a FRELIMO, que perdurou até 1992.

A RENAMO desde sua fundação tem se colocado como a principal organização de resistência contra a FRELIMO, questionando desde os anos de 1980 a falta de democracia

eleitoral no Moçambique. A Guerra Civil Moçambicana ocorreu decorrente ao acordo de Lusaka (1974) quando o estado português passou o poder político diretamente a FRELIMO, que imediatamente acelerou o processo de consolidação do poder.

Desde então, a cada nova eleição, o partido recebe denúncias de fraude eleitoral e críticas das partes da população por seu ideário de “representante das etnias moçambicanas”, encarado como prejudicial por certos grupos. De acordo com um chefe tradicional “*A revolução afastou-nos da nossa terra, dos nossos antepassados, da nossa população, da chuva, das cerimônias [...] por isso estamos a sofrer*”⁵. Segundo Loewenstein (1988, p.77)

A FRELIMO assume o poder numa extensão humano-geográfica que não tinha as características de um país e pretende rapidamente criar uma nação: as dificuldades só poderiam ser imensas”. A realidade moçambicana dos anos 80-90 ainda se perdura no campo eleitoral e econômico, tendo em vista que 68,2% da população se encontra em situação de pobreza.

Nos últimos anos, os protestos contra o regime unipartidário da FRELIMO têm se tornando mais intensos, e se intensificaram nas eleições de 2024. A RENAMO é o partido opositor da FRELIMO, e o candidato Venâncio Mondlane acusa o partido opositor de “assassino do próprio povo”. Em protesto, Mondlane declara:

O presidente da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), Ossufo Momade, um dos quatro candidatos presidenciais, disse que não reconhece os resultados eleitorais anunciados pela CNE e pediu a anulação da votação. O candidato presidencial Lutero Simango, apoiado pelo Movimento Democrático de Moçambique (MDM), recusou igualmente os resultados, considerando que foram “forjados na secretaria”, e prometeu uma “ação política e jurídica” para repor a “vontade popular.

Denúncias sobre fraudes eleitorais foram feitas ao Estado Moçambicano, e posições de oposição a FRELIMO foram tomadas até mesmo por partidos da Angola, como se observa no editorial da Deutsche Welle, principal fonte de notícias sobre a África Austral.

Após a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) anunciar a vitória de Daniel Chapo, candidato da FRELIMO, partidos da oposição em Moçambique acusaram a entidade de manipulação e convocaram protestos em resposta aos resultados. Os opositores, incluindo Vitano Singano, líder do partido Revolução Democrática, e Manuel de Araújo, candidato da RENAMO, consideram os resultados “falsos” e “um insulto à inteligência do povo moçambicano e aos observadores nacionais e internacionais”.

⁵ Hernandez, 2005, p.609.

Mondlane se autodeclara o candidato vitorioso das eleições de 2024, com base na contagem de votos, devido a relatos de moçambicanos que relataram ter encontrado boletins pré-votados a favor da FRELIMO antes mesmo do início da votação; também houve relatos de desaparecimento de urnas e falta de ata física. Logo após o início dos protestos e denúncias formais, o advogado do partido PODEMOS, opositor da FRELIMO, fora assassinado.

A cidade colonial de Maputo era nos tempos colônia e ainda é na contemporaneidade dívida em duas: a cidade de cimento e a cidade de caniço. A cidade de cimento é a cidade construída e herdada dos poderes coloniais; uma cidade para aqueles que a dominavam e onde se encontra a estrutura administrativa do espaço (FERNANDES; MENDES, 2012) onde há determinado planejamento e é semelhante as cidades tipicamente ocidentais. É a cidade que fora construída e para os colonos brancos.

É uma cidade composta por bairros organizados numa planta ortogonal nítida, de avenidas e ruas amplas, bairros de vivendas, comércio especializado, diversos e variados serviços de infraestruturas sociais, onde madeira e zinco funcionam como símbolo de uma certa urbanidade. Embora as ruas tenham sido rebatizadas no ato de independência, a cidadinidade dos sujeitos permanecera as mesmas.

Considerações Finais

A situação eleitoral moçambicana é delicada, pude constatar isso em meu trabalho de campo pela cidade, realizado em setembro de 2024, que os cidadãos moçambicanos, mesmo os não apoiadores da FRELIMO, sentem que tem uma dívida com o partido, por ter sido este o responsável pela libertação colonial. Os fundadores da FRELIMO e idealizadores da identidade nacional, Eduardo Mondlane e Samora Machel, são representados por toda capital moçambicana, e a boa parte da população é relutante em aceitar que o tempo da FRELIMO se findara no Moçambique.

No decorrer de minha pesquisa de campo, não encontrei um cidadão sequer que reconhecesse a prejudicialidade do unipartidaríssimo promovido pela FRELIMO, e todos os relatos trazem à tona a lembrança do partido ter organizado a libertação de Moçambique. Algo que, não deve ser jamais esquecido, no entanto, não deve ser também aprisionador de pensamento. Essa memória coletiva deve ser trabalhada entre os moçambicanos, e abarcar a relevância da etnicidade para constituição da sociedade; algo que, desde a independência, é suprimida. As políticas advindas do comportamento colonial criam categorias e estereótipos raciais que culminam em tensões identitárias. Repensar a cultura e o estado atual fornece-nos uma base necessária para repensar a etnicidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- BARTH, Fredrik. Temáticas Permanentes e Emergentes na Análise de Etnicidade. In: GOVERS, Cora; VERMEULEN, H. Antropologia da Etnicidade: para além de “ethnic groups and boundaries”. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- CABAÇO, José Luís de Oliveira. Moçambique: identidades, colonialismo e libertação. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- DE BRITO, Luís. A Frelimo, o marxismo e a construção do Estado Nacional. 1962-1983. 2019.
- FERNANDES, M.; MENDES, R. Dicotomias urbanas em Angola e Moçambique: A cidade de cimento vs cidade improvisada (caniço/musseque). Academia. Edu, v. 1, p. 1-15, 2012
- HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014 (p. 27-66).
- HERNANDEZ, Leila Leite; HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. Selo Negro, 2008.
- JANUÁRIO, Emílio Mário. Estudo da luta de libertação nacional de Moçambique. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.
- LEWENSTEIN, Irene. África atual: três histórias, várias questões. Cadernos de educação popular. Rio de Janeiro, 1988.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia. UNESP, 2012.
- SUMICH, Jason; CABRAL, Rui. Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana. Análise social, p. 319-345, 2008.
- TAIMO, Jamisse Uilson. História e política: do ensino superior em Moçambique. Instituto de Governança, Paz e Liderança, 2019.

